



SOCIOAMBIENTAL

Fonte: MB

Data: 18/09/00 Pg: 7

Class.: 2

# Ameaça ao rio Araguaia

■ Estudo mostra que hidrovia provocará assoreamento e extinção de peixes

DANIELLE NOGUEIRA

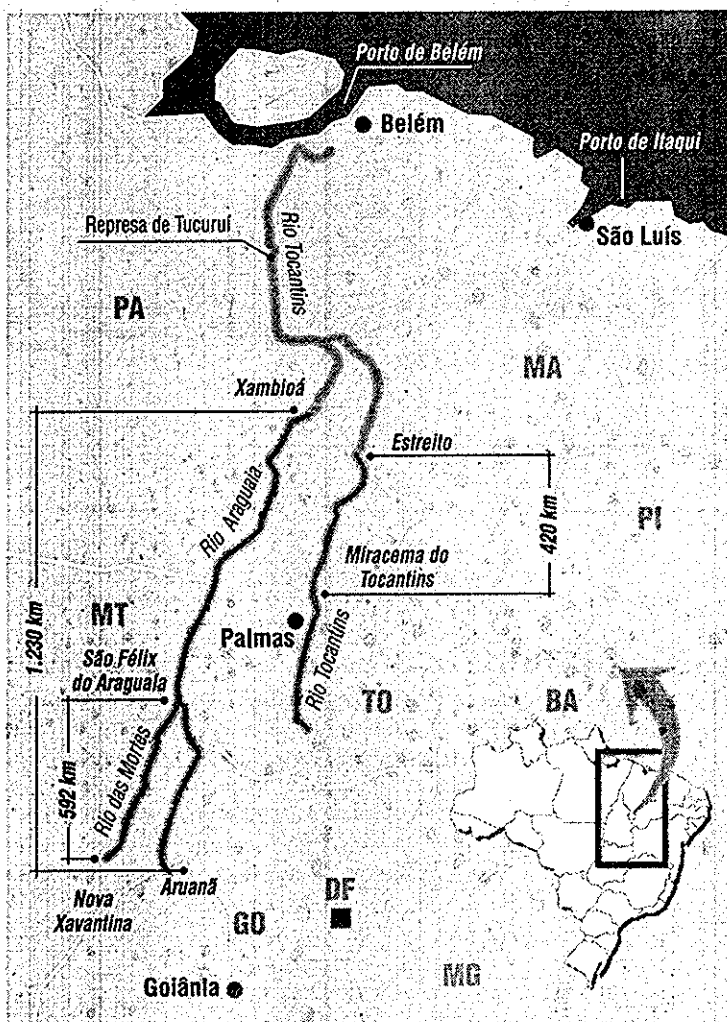
Até que ponto o desenvolvimento econômico deve ditar as regras da conservação ambiental? Esta é a pergunta que se fazem pesquisadores que elaboraram um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) independente sobre os possíveis danos causados pelo projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, que prevê a abertura e sinalização de 2.242km de canais nos rios Tocantins, Araguaia e das Mortes (MT,GO,TO) para torná-los navegáveis durante todo o ano, garantindo o escoamento da produção de soja do Cerrado.

O estudo independente foi apresentado sexta-feira passada em seminário promovido pela USP e a ONG Instituto Socioambiental, uma das seis organizações que participaram da elaboração do estudo. Segundo os pesquisadores, os danos causados pela hidrovia, orçada em R\$123 milhões, vão de riscos de extinção de algumas das 300 espécies de peixes existentes na região, muitas delas endêmicas, à ameaça a reservas indígenas.

**Obras** – As obras previstas pelo projeto consistem basicamente em dragagem de sedimentos e derrocamentos – retirada de rochas – nos rios Araguaia e das Mortes, que, ao contrário do Tocantins, são rios de planície e, portanto, só navegáveis em época de cheia. “Isso permitirá manter um calado mínimo – profundidade necessária para embarcações flutuarem – de 1,5m e estabilizar a largura da hidrovia em 34m”, diz Roberto Zaidan, gerente de Programa do Corredor Araguaia-Tocantins do Ministério dos Transportes.

## Onde fica

O projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins prevê a abertura e sinalização de 2.242km de canais nos rios Tocantins, Araguaia e das Mortes. O objetivo principal das obras, orçadas em R\$123 milhões, é o escoamento da produção de grãos do Cerrado. Os críticos afirmam que o projeto poderá levar à extinção de algumas das 300 espécies de peixes da região.



É aqui que residem as críticas dos cientistas. Eles analisaram o EIA oficial, elaborado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e concluíram que a retirada das rochas – chamadas de travessões, por atravessarem os rios de ponta a ponta – vão alterar o nível do rio.

“Os travessões funcionam como represas naturais, regulando a velocidade do fluxo das águas e retendo sedimentos”, diz o geólogo Tadeu Veiga, do Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília (UnB), que participou da elaboração do EIA independente. “Sem barreiras

para contê-los, os sedimentos descerão rio abaixo e poderão se acumular em alguns pontos do leito, provocando assoreamento do rio e, conseqüente, inundações”, explica.

“Por outro lado, as terras marginais que costumavam ficar alagadas em épocas de cheia poderão sofrer com a seca, pois os sedimentos antes depositados na área estarão se acumulando em outro lugar”, completa Tadeu. Com isso, as lagoas naturais que se formam a até 100m das margens do Araguaia em períodos de inundação também não serão renovadas, de acordo com o biólogo Alberto Peret, da Universidade Federal de São Carlos.

**Lagoas** – “Isso acabará comprometendo a reprodução dos peixes”, diz. “Quando o rio enche, época que coincide com a reprodução dos peixes, ele derrama parte de suas águas para as lagoas, carregando os ovos para dentro delas, onde eclodem. Um ano depois, os peixes já crescidos retornam ao rio quando o nível d’água se eleva novamente. Sem inundação, as lagoas não serão reabastecidas e o processo de reprodução dos peixes, alterado”.

Roberto Zaidan afirma que as obras não vão alterar a característica do rio, pois os canais de navegação já existem, “tanto é que durante sete meses do ano, as embarcações circulam nos rios”. “O que faremos é uma pequena correção desses canais para garantir a navegação segura”, diz. Para ele, o assoreamento não tem relação com as intervenções e sim como o mau uso do solo. “Essas pessoas não sabem o que falam, pois não foram a campo, baseiam-se em dados da literatura”. Causando impacto ou não, o licenciamento ambiental da hidrovia está suspenso por decisão judicial.